

Programa radical

Custou, mas finalmente o cotidiano subiu à cabeça do poder. Uma das principais metas do programa de governo do recandidato Fernando Henrique, quase pronto para sair do forno, é a “radicalização da democracia”. A idéia por trás dessa expressão instigante é que, embora o Brasil seja hoje um país mais livre e democrático do que em qualquer outro



Democratizar o modo como o Estado trata os brasileiros é uma das principais metas de FHC

período de sua história, falta democracia no dia-a-dia da população. As instituições políticas, com todos os seus defeitos, são mais democráticas, por exemplo, do que a forma como o Estado, em suas inúmeras encarnações, trata habitualmente os brasileiros. Ou, entre eles, como os de cima tratam os de baixo. Muito autoritarismo e pouca cidadania são os males herdados de uma cultura em que o vencedor ganhava tudo – sendo o poder estatal, desde sempre, o vencedor dos vencedores.

Contra essa tradição senil que continua a fazer estragos por toda a parte, o programa para o segundo mandato anuncia o compromisso de FHC com o aprofundamento da democracia “enquanto padrão de convivência civilizada”. Juntamente com a consolidação da estabilidade, a promoção do crescimento econômico sustentado, a geração de empregos, a eliminação da fome, o combate à pobreza, à exclusão social e a melhoria da distribuição de renda, o presidente fala em democratizar o relacionamento entre o setor público e a sociedade e em valorizar a igualdade no convívio entre as pessoas, seja qual for a sua condição social. Parece retórica de campanha, mas a convicção com que os assessores de Fernando Henrique defendem a proposta, assim como a consistência dos estudos que a fundamentam, aconselha a conceder-lhes o benefício da dúvida e dois dedos de atenção.

Para começar, a lógica que anima o projeto parte de uma premissa inegavelmente realista: o

do poder e passou a reclamar direitos também novos. Entronzou as palavras participação e cidadania, mas está longe de entender que uma coisa e outra só fazem sentido quando traduzem na prática um senso de responsabilidade social que vai além da pura reivindicação ou da mera defesa de interesses específicos.

Aí está o nó da questão. O escritor americano Mark Twain costumava dizer, com humor, que as pessoas se queixam muito do tempo, mas não fazem nada para mudá-lo. A equipe do programa de Fernando Henrique acha que é possível ir das palavras aos atos em matéria de mudar comportamentos aparentemente calcificados por uma história inimiga da cidadania. Assegura-se que o governo pode fazer algo – na verdade, muito – para incentivar aquilo que um especialista chama “uma prática cidadã mais espontânea, mais positiva e propositiva, mesmo numa sociedade com laços de sociabilidade tão rarefeitos como o Brasil”. Nenhum dos amigos do presidente tem a ilusão de que seja possível implantar por decreto a nova democracia e o novo Estado que, a seu ver, a nova sociedade reclama. Ou, conforme definição que circula em Brasília, conseguir “o engajamento da cidadania, associado à presença de um Estado ágil e forte, capaz de conceber, implementar e financiar políticas públicas racionais e competentes”.

Uma parte do problema, que diz respeito ao estilo de atuação do poder público, pode ser enfrentada com a caneta, o *Diário*

País que está aí, apesar dos arcaísmos gritantes e moralmente repulsivos, como o clientelismo político e a concentração da renda, se tornou no intervalo de duas gerações uma sociedade urbana de massas, que já engloba oito em cada dez brasileiros. Desigual e injusta, ainda que também dinâmica, heterogênea e criativa, ora egoísta, ora solidária, essa nova sociedade se adiantou às instituições

Oficial e portas abertas. Outra, que mexe com a mentalidade das pessoas, depende de uma arma que FHC maneja com reconhecimento maestria – o gogó. No primeiro caso, a fórmula do programa de governo tem como ingrediente ativo o reforço e a multiplicação das experiências de parceria desenvolvidas nestes quatro anos e cujo símbolo é a Comunidade Solidária. “A maior lição para todos nós foi a descoberta de que as parcerias permitem ampliar os valores destinados à área social”, comenta um assessor direto do presidente. “Isso porque, quando se mobilizam os recursos humanos, materiais e financeiros da sociedade, se gasta melhor.” Educação, saúde, direitos humanos, igualdade de sexos, combate ao racismo – a julgar pelo cenário desenhado para o segundo advento de FHC, nada do que cabe na rubrica “promoção da cidadania” ficaria alheio a essa associação entre governantes e governados em que o Planalto faz tanta fé para reeducar uns e outros.

Além de semear parcerias a mancheias, pretende-se desburocratizar a burocracia e obrigá-la efetivamente a agir de acordo com o princípio de que a prioridade do Estado é o cidadão – “sobretudo quando os serviços prestados afetam diretamente o cotidiano da população e sua qualidade de vida”. Faz parte da “utopia possível” que o governo descortina para os próximos quatro anos a decisão de dar partida a uma espécie de revolução cultural na administração pública. O mote é que as pessoas precisam ser bem atendidas por aqueles a quem sustentam, da mesma forma que os fornecedores privados devem dar ao consumidor todo o valor possível por seu dinheiro, merecendo castigo quando vendem gato por lebre. Essa modalidade de modernização administrativa é uma exigência de ordem prática. “Na nova divisão de trabalho entre poder público e cidadania”, explica um guru, “as responsabilidades do Estado serão ainda maiores, pois, além de continuar fazendo o que faz, terá de provar que é um parceiro confiável.”

E o parceiro do lado de cá do balcão? Apesar do retrospecto pouco animador, o programa

aposta no “amadurecimento da sociedade brasileira” e na “propensão a participar das decisões de governo, que se propagam por todos os grupos da população”. O próprio Real seria “a parceria mais bem-sucedida entre Estado e sociedade”. A home-nagem pode ser politicamente correta (e eleitoralmente conveniente). De todo modo, como se sabe, poucos brasileiros superam o presidente em matéria de otimismo quando se trata de avaliar o potencial progressista do povo, e poucas vezes esse otimismo se banhou em tanta sociologia como agora. Isso o anima a pregar a tal da “radicalização da democracia”. Segundo um documento, “o exemplo e a persuasão continuarão a ser os materiais a complementar as reformas de natureza institucional na construção da nova cidadania e no enraizamento da democracia participativa e deliberativa no Brasil”.

Os interlocutores de Fernando Henrique não subestimam, porém, o que isso exigirá dos brasileiros. Para um dos coordenadores do programa, “as pessoas precisam acreditar que a participação em questões que se situam fora da vida particular é uma obrigação moral para com a comunidade e o País, porque não existe cidadania plena quando o seu exercício se esgota no ato de votar”. Ao mesmo tempo em que situa essa participação prioritariamente no cotidiano – “porque nele se encontram o público, o privado e o estatal” –, o programa rejeita a idéia de que a democratização desse mesmo cotidiano só se concretizará depois de superadas as injustiças sociais, como se ouve frequentemente. Admite-se que a pobreza extrema, a exclusão, o desrespeito a direitos elementares e as vicissitudes do dia-a-dia muitas vezes amortecem o senso de responsabilidade social e esterilizam os impulsos de solidariedade. Ainda assim, a difusão da democracia na vida cotidiana não poderia ficar condicionada ao fim das injustiças. “É o contrário”, argumenta um cientista político ligado ao projeto. “A luta por mais justiça e igualdade é que não pode dispensar a participação que transforma pessoas em cidadãos.”